

ATA NÚMERO 24 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO REALIZADA AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito nesta vila, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, pelas dez horas realizou-se a reunião Extraordinária número 24 da Câmara Municipal das Lajes do Pico, sob a presidência do senhor Presidente da Câmara Roberto Manuel Medeiros da Silva e estando presentes os senhores Vereadores Walter Machado, Nelson Fernando Vargas Macedo, Miguel Ângelo de Melo Machado e Hugo Miguel Domingos Ávila Goulart. -----
Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Albino Manuel André Roque. -----

Sendo a hora designada e verificado o quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

ORDEM DO DIA

1. PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2019 - para deliberação; -----

Foi presente à reunião a proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2019, documentos que foram previamente distribuídos pelos senhores vereadores de forma a habilitá-los à decisão e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos e que são compostos por: -----

Relatório de apresentação e fundamentação da Política Orçamental da Autarquia; -----

Proposta de Orçamento para o ano de 2019; -----

Plano de Atividades para o ano de 2019 e seguintes; -----

Mapas dos encargos anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos no período de 2019 a 2024; -----

Regras orçamentais para o ano 2019; -----

Mapa de Pessoal para o ano de 2019; -----

A proposta de Orçamento para o ano de 2019, apresenta um valor global de receita e despesa de **7.940.225,00€** € distribuídos por: -----

- Receitas Correntes -----	5.157.295,00€
- Receitas de Capital -----	2.782.930,00€
- Despesas Correntes -----	3.771.832,00€
- Despesas de Capital -----	4.168.393,00€

O executivo tomou conhecimento e deliberou por maioria com os votos contra dos senhores Vereadores do Podemos Mais, Miguel Machado e Hugo Goulart, aprovar a Proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2019, Grandes Opções do Plano 2019/2021, Mapa de Pessoal e Regras Orçamentais e demais documentação integrante, e submeter o mesmo à Assembleia Municipal para apreciação e votação. -----

Os senhores Vereadores apresentaram a seguinte declaração de voto: -----
“Menos é mais”, uma das citações mais famosas em arquitetura, celebrizada pelo arquiteto alemão Mies Van der Rohe, tornou-se de certa forma o slogan da modernidade no pós guerra. O Plano e Orçamento Municipal para 2019 aponta, pelo contrário, para outra máxima: “menos é chato!”-----

Este Plano e Orçamento repete os projetos que nos acompanham há uma década de alegado “bom caminho”. Reconhecemos que este documento apresenta, de facto, ideias boas e novas. O problema é que as boas não são novas e algumas das novas não nos parecem efetivamente boas. -----

Não entendemos os objetivos, a estratégia. Mas identificamos o efeito secundário: já ninguém se entusiasma com estas propostas porque já ninguém acredita nelas. -----

Começamos por analisar o recurso à repetição e o porquê dela existir. -----

As principais propostas para 2019 são praticamente as mesmas desde há nove anos, simplesmente porque muito pouco do que foi proposto foi, de facto, feito. Encontramos os mesmos parques empresariais, a mesma rota das freguesias, o mesmo “aproveitamento da lagoa do Paul” (sem que a EDA ou o Governo Regional conheçam desenvolvimentos recentes sobre o assunto), a mesma candidatura à UNESCO, etc, etc, etc... -----



Até a lógica de vitimização, a negação perante as evidências e as desculpas sistemáticas para a incapacidade de agir / concretizar se mantêm desde há nove anos a esta parte (“a irresponsável governação anterior que comprometeu financeiramente o presente”; ou “o figurino das candidaturas comunitárias que penalizam a dimensão” do projeto de Roberto Silva e seus pares para as Lajes do Pico).-----

Façamos a contra-análise por partes: Se este Executivo herdou uma situação caótica do ponto de vista financeiro, como frequentemente alega, e se desde cedo tomou consciência disso, porque nos propõem, todos os anos, uma viagem à lua se sabem de antemão que só têm combustível para pouco mais que uma volta à ilha? Porque a promessa fácil é, no limite, irresistível.-----

Quanto aos fundos comunitários: São as Câmaras Municipais que devem adaptar-se às condições e à estratégia da comunidade europeia ou, pelo contrário, é Bruxelas que ainda não compreendeu o que deve fazer por nós, e de que modo deve adaptar-se às intenções da Câmara Municipal das Lajes do Pico? A culpa é sempre dos outros e das “fatais” circunstâncias.-----

Este concelho continua a perder capacidade de captação e retenção de empresas. Há uma sangria contínua de habitantes, cuja verdadeira dimensão o próximo censo comprovará. É, seguramente, o maior de todos os nossos problemas. E o que propõe a Câmara Municipal para atacar o problema em 2019? Aumentar a carga fiscal através do IMI e das taxas de resíduos sólidos, a que se soma a taxa máxima de participação fixa no IRS. É, no mínimo, desconcertante.-----

E aumentar o IMI porquê? Porque, nas palavras deste Executivo, é necessário pagar a fatura das 28 contratações feitas em 2018. Os municípios teriam agradecido um alerta prévio para o facto desta opção pelo “emprego” implicar um aumento de impostos.-----

Curioso o sublinhado feito no orçamento para o facto destes 28 contratados serem “provenientes de todas as freguesias do Município, na sua maioria jovens”, uma vez que se trata, seguramente, de uma mera coincidência, na medida em

que em nenhum dos concursos realizados existiu qualquer critério de preferência (do conhecimento público), designadamente sobre a origem geográfica ou idade dos candidatos. -----

Aliás, esta “política de emprego” não é mais do que a displicente sobredosagem de recursos financeiros públicos, já de si escassos. Promover o “emprego” sacrificando a produtividade é um erro com graves implicações financeiras e económicas. Primeiro foi a utilização maciça de programas ocupacionais, subvertendo de forma nociva o mercado de trabalho, com graves implicações para o (já débil) setor empresarial do concelho. Agora, o reforço q.b. dos quadros da autarquia (numa lógica de “quem vier a seguir, que pague a conta!”), demitindo-se da tarefa de potenciar os recursos existentes que se encontram em clara subprodução (ou, simplesmente, de “castigo” porque são dissonantes do pensamento dominante). -----

A título de exemplo, parece-nos incompreensível que, tendo em conta a importância reconhecida e assumida da dimensão do Mar na reconversão do panorama económico do concelho, não tenha havido, no meio desta quantidade avassaladora de ideias/projetos/intenções/sonhos, espaço para uma referência (por mais pequena que fosse) ao porto e à ampliação da capacidade da Marina das Lajes do Pico. Mesmo tratando-se de uma intervenção da responsabilidade do Governo Regional, não faltam exemplos de intervenções dessa natureza que este Executivo se encarregou de verter em Planos e Orçamentos Municipais ao longo dos anos. -----

A grosso modo, à exceção de mais um posto de turismo, não houve investimento público. O investimento privado messiânico, capaz de resgatar a economia do marasmo, foi e é nulo. E no entanto, insistem em dizer-nos que a fórmula tem funcionado e que não há motivos para ser alterada. Que as 162 promessas que não foram realizadas em nove anos serão realizadas em um ou mesmo em três anos(?!?). -----

Preferíamos menos propostas, muito menos (até por sabemos que há uma conjuntura que nos obriga ainda a alguma disciplina orçamental)! Preferíamos projetos alinhados numa determinada direção, assentes numa estratégia global que mostrasse com clareza o caminho que se pretende trilhar, para onde queremos ir. Uma visão de futuro, ousada mas consistente e exequível, em detrimento das “fakepromessas” em modo repetitivo -----

Propor tudo fazer, sabendo que muito pouco pode ser feito, transmite-nos, para além da falta de seriedade e descolagem em relação à realidade, uma clara sensação de desnorte e desorientação. -----

Do ponto de vista político, o Plano e Orçamento Municipal para 2019 não nos parece um verdadeiro documento de planeamento mas antes uma espécie de obra de ficção, que nos remete para uma realidade mágica paralela. Um verdadeiro país das maravilhas.” -----

Não havendo mais nada a tratar, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do art.º57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo senhor Presidente, e por mim, Albino Manuel André Roque, com as funções de secretário, que a elaborei e escrevi. -----

De seguida foi encerrada a reunião eram 13H00. -----

